



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS CORPORAIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1715/11	DATA: 25/10/2011
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 17h17min	DURAÇÃO: 02h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h06min	PÁGINAS: 42	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RACHEL NISKIER SANCHEZ – Médica pediatra do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz e Diretora da Sociedade Brasileira de Pediatria.
EUFRÁSICA MARIA SOUZA DAS VIRGENS – Defensora Pública da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
EVELYN EISENSTEIN – Médica pediatra e clínica de adolescentes, professora-adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e representante do Brasil na Sociedade Internacional de Prevenção de Abuso e Negligência da Criança.
CÉLIO DA CUNHA – Representante da UNESCO no Brasil.

SUMÁRIO: Parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que “*altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante*”.
Apreciação de requerimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a sétima reunião ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que “*altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante*”.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da quinta reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentar se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Peço a dispensa da leitura, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da última reunião.

Esta é a nossa quarta audiência pública sobre o tema relativo à prática de castigos corporais ou de tratamentos cruéis e degradantes na educação de crianças e adolescentes em nosso País. No dia de hoje, vamos ouvir especialistas.

Já ouvimos os Conselhos e a sociedade civil, e estamos realizando hoje esta audiência para ouvir a palavra dos especialistas. Vamos realizar ainda outras duas audiências públicas, uma para ouvirmos o Poder Executivo e outra, a última, para ouvirmos os relatos de crianças e adolescentes no exercício do protagonismo infanto-juvenil.

Fizemos também algumas reuniões com representantes do Poder Executivo. Já estivemos com o Ministro da Educação, Fernando Haddad; com a Ministra da Casa Civil, Gleise Hoffmann, e com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Ainda estamos solicitando agenda com a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello; com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com o Ministro de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco. Queremos introduzir na pauta do País, do ponto de vista do seu planejamento e do seu pensar estratégico, a necessidade de



abolirmos o castigo corporal de todas as formas de educação e de cuidados das crianças e adolescentes.

Estamos fazendo essa articulação com o Poder Executivo, primeiro, porque vamos ouvi-los aqui na nossa próxima audiência pública, ou seja, tão logo passe a semana do feriado, e, segundo, para que tenhamos um arcabouço de políticas públicas que dê sustentação à legislação e possa fazer com que ela realmente mude os paradigmas e a vida de crianças e adolescentes. Não estamos propondo a criação de nenhum tipo de política ou de equipamento público diferente daqueles de que nós já dispomos, mas apenas um recorte do olhar para a abolição dos castigos corporais e dos tratamentos cruéis e degradantes para crianças e adolescentes do conjunto das políticas públicas, para que os equipamentos públicos possam construir essa lógica da condição de sujeito das crianças e adolescentes.

Vamos chamar os componentes da Mesa, para que possamos dar início a esta reunião de audiência pública em que discutiremos com os especialistas.

Convido para compor a Mesa a Dra. Eufrásia Maria Souza das Virgens, Defensora Pública da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. É um prazer tê-la aqui, Dra. Eufrásia — e já tivemos a oportunidade de estar juntas no seminário e no fórum de debates que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro.

Convido também a Dra. Rachel Niskier Sanches, médica pediatra do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz e Diretora da Sociedade Brasileira de Pediatria. É um prazer imenso ter na Mesa uma parceira na luta dos direitos de crianças e adolescentes.

Ainda para compor a Mesa a Dra. Evelyn Eisenstein, médica pediatra e clínica de adolescentes e professora adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Rio de Janeiro. E registro que já estivemos também no Rio de Janeiro em um fórum de debates, escutando e sorvendo as contribuições absolutamente lúcidas e pertinentes da Dra. Evelyn Eisenstein.

Por fim, chamo para compor a Mesa o Dr. Célio da Cunha, representante da UNESCO no Brasil, e a nossa Relatora, a Deputada Teresa Surita.

Justifico a ausência da 1ª Vice-Presidenta, Deputada Liliam Sá, que, por problemas na sua cidade, não teve como se deslocar para esta audiência pública no



dia de hoje, mas é preciso registrar a assiduidade, o interesse e o compromisso de S.Exa. com a temática.

Estão aqui conosco o 2º Vice-Presidente, Deputado Eduardo Barbosa; a 3ª Vice-Presidenta, Deputada Professora Dorinha, e também a Deputada Aline Corrêa, de São Paulo.

Vamos passar agora a palavra aos componentes da Mesa, que disporão de 15 minutos para sua exposição; em seguida, vamos abrir oportunidade para a Relatora, que disporá do prazo necessário para colher os elementos que julgar fundamentais para a construção de seu relatório; depois, passaremos para os outros Parlamentares inscritos para o debate. E, se algum representante da sociedade civil ou outro participante quiser fazer uso da palavra, vamos disponibilizar também um prazo de 3 minutos — não mais do que 3 minutos.

Antes de dar início à fase de exposições, pergunto ao Deputado Eduardo Barbosa se gostaria de assumir a presidência desta reunião. *(Pausa.)*

Passo, então, a presidência dos trabalhos ao Deputado Eduardo Barbosa.

Antes, porém, chamo para fazer uso da palavra, por um período de 15 minutos, a Sra. Eufrásia Maria Souza das Virgens. *(Pausa.)*

A Dra. Eufrásia está aguardando um material que não está aqui no momento. Vamos, por isso, fazer uma pequena inversão na ordem de falas.

Com a palavra à Dra. Rachel Niskier Sanchez, médica pediatra do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz e Diretora da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Passo a Presidência desta reunião ao Deputado Eduardo Barbosa.

A SRA. RACHEL NISKIER SANCHEZ - Boa tarde a todos.

Saúdo as Sras. Deputadas, o Sr. Deputado, os meus companheiros de Mesa, entre os quais há alguns com os quais tenho relação bastante antiga, as senhoras e os senhores presentes.

Para mim, é uma honra estar aqui — e não são palavras vãs. Fui conselheira de direitos do CONANDA durante 8 anos, do CEDCA do Rio de Janeiro.

Estou militando na área da infância há muito tempo. Segundo meus companheiros, sou jurássica nessa luta — e me honra muito esse título.



Quero aqui dizer que, propositadamente, não trouxe nenhum material audiovisual. Como estive presente à primeira audiência, senti que talvez hoje fosse melhor conversarmos, que seria melhor fazermos um colóquio, uma grande conversa entre os senhores e eu, uma pediatra que, há décadas, lida com esse problema e milita na área nos direitos, que colheu assinatura para o Estatuto, numa mesinha lá no Rio de Janeiro, de onde venho.

Embora haja muitos estudos com absoluto rigor científico provando todos os malefícios que podem surgir na vida de uma pessoa que na sua infância e na sua adolescência sofreu castigos físicos ou castigos psicológicos, eu, propositadamente, não falarei dos outros tipos de maus-tratos contra crianças e adolescentes para não fugir de nosso foco hoje.

A Sociedade Brasileira de Pediatria hoje congrega em torno de 40 mil pediatras; somos a maior sociedade científica do País em termos de capilaridade. É raro o local, dentro do nosso enorme e continental País que não haja um pediatra. Embora se diga, de forma indevida, que faltam pediatras, não faltam pediatras no Brasil, eles estão mal distribuídos.

E, se cada um de nós atende uma média de 10, 12, 15 crianças diariamente, imaginem quantas famílias estão sob a nossa responsabilidade. Por isso se diz que o pediatra ainda é um médico de família.

No Instituto Fernandes Figueira — e vou falar um pouquinho do Instituto e, depois, um pouquinho da Sociedade —, temos um núcleo criado por nós há 11 anos para apoiar o profissional que atende crianças e adolescentes vítimas de violência.

E por que criamos esse núcleo? Porque, nos últimos 20 anos, têm chegado, cada vez com mais frequência, casos de violências contra crianças e adolescentes. E por que isso? É por que a violência está aumentando? Não é a nossa impressão. O que nós achamos — e já temos tido evidências metodológicas de que isso é verdadeiro — é que trouxemos à agenda social do País esse tema. Isso é muito importante! Entre tantas outras iniciativas, uma das que mais atua de forma vigorosa, efetiva e consequente nesse trazer à tona o tema da violência é a Rede Não Bata, Eduque. Criada há alguns anos, é uma rede pujante e absolutamente diversificada em sua composição, dela participam temos sociedade civil, sociedade científica, organismos internacionais, nacionais, é uma rede absolutamente



democrática e que consegue, apesar de todos os esforços financeiros, trazer à tona esse problema que é tão grave.

E por que esse problema é grave? Por que nós, pediatras; nós, mães; nós avós corujas, nos preocupamos com isso? Porque hoje, no meu conhecimento — e sei que isso aqui tudo está sendo gravado, então quero deixar bem claro que estou dizendo até onde eu conheço —, não existe nenhum trabalho nacional ou internacional que prove que criança que apanhou se tornou um adulto melhor, que criança que apanhou é um adulto mais produtivo, mais cordato, mais gentil, que colabora para o progresso da nação a qual pertence, etc., etc. Porém, o inverso é verdadeiro.

Já há muitos estudos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, trabalhos de neurocientistas, etc., provando que meninos e meninas que sofreram agressão física e/ou psicológica — e a agressão psicológica normalmente está embutida nos outros tipos de maus-tratos —, sim, carregam insegurança, terrores, infelicidades, dores na alma e no corpo que, sem querer fazer teatro, posso dizer, senão são eternas em sua vida, são fortes até onde elas aparecem para nós.

No Instituto, toda quarta-feira, temos atendimento de famílias de adolescentes. Essas famílias vêm inteiras: pai e mãe, quando existe a família nuclear, responsável, avó, etc. E é muito comum nós ouvirmos o menino dizer na frente da mãe ou do responsável, seja ele quem for: *“É. Eu apanho porque eu mereço. Eu sou mesmo esse traste que minha mãe diz que eu sou. Eu não lavo o meu copo, a minha cueca está suja embaixo da cama...”* O que é isso? Isso é a prova incontestada da autoestima baixa de uma criatura que deveria ter na sua autoestima o eixo estruturante da sua personalidade. “Se eu não valho muita coisa, então, o que vier, eu traço”.

Eu não vou dizer que há causa e efeito entre esse sentimento de menos valia e delinquência e infração da lei. Não. Não é isso que eu quero dizer. Eu só quero dizer que esses meninos e meninas que “apanham para serem educados” — entre aspas — não conseguem chegar à idade adulta na sua plenitude. Isso já está mais do que provado. A nossa sorte, sendo esse dado cultural tão arraigado na nossa sociedade, é que a resiliência também está aí. A capacidade de superação do ser humano é um negócio muito sério. Os professores sabem muito bem disso, e nós,



pediatras, também. Não fosse essa resiliência, esse sentimento forte de tentativa de superação das adversidades, talvez a nossa sociedade estivesse até pior. Mas, de qualquer maneira, o que hoje está provado é que existem formas outras de educar que não seja batendo, humilhando, degradando, diminuindo a autoestima, machucando o corpo e a alma dessas crianças e adolescentes.

Os senhores poderiam dizer: “Mas você está dando uma de Poliana. Essa sociedade seria uma sociedade ideal”. Não, não estou dizendo isso. Eu sou mãe e avó. Há horas em que perdemos o jeito, em que temos muita raiva, em que estamos muitos cansados; há horas em que o estresse da vida é danado, como, por exemplo, quando perdemos o emprego. Mas, se bem informadas, se puderem ser trabalhadas por nós, profissionais que sabemos as consequências negativas desses atos e podemos dizer a essa mãe e a esse pai: *“Conta até 20, mãe. Vira as costas, se fecha no banheiro, deixa passar a raiva, já, já esse menino está aí”...*

E por que será que eles atentam tanto contra o nosso equilíbrio emocional? Por quê? Tenho uma explicação pessoal, como mãe — como avó, menos, porque meu netinho mora aqui, e eu moro no Rio — e, principalmente, como pediatra: os meninos querem atenção. E, quando não podemos, não queremos ou achamos que não devemos dar essa atenção, eles aprontam. Aí, nós vamos atentar para eles. Aí, eles chamam a atenção. E nós vamos lá e fazemos o quê? Mostramos para eles que nós os amamos, que estamos entendendo que ele está querendo chamar atenção? Deixamos que ele faça birra, jogue-se no chão, bata a cabecinha, ou a entramos no jogo e acabamos cometendo uma agressão? É disso que temos de nos conscientizar.

A sociedade brasileira está agressiva. Nós vamos ter de mudar isso. E é possível mudar. É possível educar sem violência. E é isso que a Rede Não Bata, Eduque quer mostrar a todos nós. É por isso que o Projeto de Lei nº 7.672 há de ser aprovado. Para quê? Para mudar como um passe de mágica essa cultura e essa conduta? Não! Não existe fórmula de bolo, não existe nada mágico nessa história. Mas os trinta e poucos países que têm essa lei provaram que ela é um grande instrumento na tentativa dessa transformação. Sozinha, ela não faz muita coisa. Mas nós, Parlamentares, profissionais, sociedade civil organizada, povão, quem vai para o Maracanã, quem for aos estádios na Copa, vamos ser ajudados por esse Projeto



de Lei nº 7.672, se aprovado. Por quê? Porque essa lei será um instrumento. Ela não vem para punir, ela não veio para sancionar ninguém — de sanção, não de assinatura. Ela veio para educar, para nos mostrar que é possível e que educar sem violência contribui muito mais para que os meninos e meninas se tornem adultos plenos, produtivos, companheiros, solidários, generosos, bons cidadãos, bons pais e eternamente bons filhos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, uma vez que não o fiz logo ao assumir a presidência dos trabalhos, e agradecer, também em nome de toda a Comissão, a aos nobres convidados a presença.

Começamos muito bem com a fala da nossa amiga, a Dra. Rachel — e feliz aquele que teve a Dra. Rachel como pediatra.

Passamos a palavra agora à Dra. Eufrásia Maria Souza das Virgens, Defensora Pública da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA. EUFRÁSIA MARIA SOUZA DAS VIRGENS - Boa tarde a todos.

Inicialmente, quero cumprimentar o Deputado que preside esta sessão, as companheiras de Mesa, o representante da UNESCO e todos que participam desta audiência pública.

Estive na audiência pública que aconteceu no Município do Rio de Janeiro. E o objetivo da minha fala aqui — até fiquei aguardando que viesse o material que eu trouxe — é o de compartilhar com os senhores publicações a respeito desse tema. O Brasil, ao aprovar esse projeto de lei, como esperamos que aprove, estará, a exemplo do que ocorreu quando foi promulgado o estatuto, há 21 anos, na vanguarda da legislação de proteção à criança e ao adolescente, entendidos como sujeitos de direito e não mais como objeto, seja da proteção, seja da tutela, seja da caridade do poder público ou de quem quer que seja.

Então, quero compartilhar com os senhores algumas informações.

Cito, em primeiro lugar, o *Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança*, elaborado pelo especialista independente que todos conhecem e que dispensa maiores apresentações, o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, que tem também



um estudo para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Esse relatório sobre castigo corporal e os direitos humanos de crianças e adolescentes, elaborado em agosto de 2009 a pedido da ONU, traz algumas considerações bastante importantes nesse avanço dos direitos humanos — crianças e adolescentes passando a ser considerados sujeitos de direito, sujeitos históricos, garantia obtida a partir da Constituição de 1988.

Podemos nos orgulhar de ser o Brasil, do ponto de vista legislativo, bastante avançado na proteção da infância e da adolescência, como bem disse aqui a Sra. Rachel e de é que é prova a própria campanha nacional feita pelo recolhimento de assinaturas. Foi isso o que proporcionou não somente a elaboração do Estatuto, como, principalmente, o art. 227 da Constituição de 1988, que afirma ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade absoluta, os direitos da criança e do adolescente.

A comparação que eu faço desse projeto de lei com os avanços legislativos e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente é a de que o Estatuto da Criança e do Adolescente, embora a Lei nº 8.069 seja de 1990, ainda necessita de implementação, ainda precisa de efetividade para alcançar todas as crianças e adolescentes do País, de modo a que tenham direito à escola, à saúde, à alimentação adequada, enfim, ao desenvolvimento saudável.

Mas nem por isso — embora, infelizmente, na prática ainda nos deparemos até mesmo com situações em que operadoras do sistema de garantia afirmam ser o Estatuto muito avançado para o Brasil —, acredito eu, alguém ousaria hoje dizer isso publicamente. A luta é sempre pela efetivação dos direitos consagrados com prioridade absoluta, aí incluída a destinação de recursos nas leis orçamentárias, em todos os níveis, e prevê o Estatuto que a prioridade absoluta compreende a destinação privilegiada de recursos.

Portanto, o grande esforço conjunto de todos nós que compomos o sistema de garantia de direitos — não só a Defensoria Pública, como também o próprio Poder Judiciário e a sociedade civil — é no sentido de dar efetividade.

Esse projeto de lei que prevê a proibição de castigos corporais está sendo exposto na mídia de maneira a minimizar a questão como Lei da Palmada, uma questão recorrente que vemos ser tratada em alguns veículos de comunicação com



a visão equivocada de que se vai interferir no poder familiar. Na verdade, porém, o objetivo da lei é exatamente dar informação e esclarecimento, criar medidas de proteção e de acompanhamento para as famílias que praticam castigo físico.

Enfim, considero que, ao aprovar esse projeto de lei, o Brasil vai demonstrar avanço do ponto de vista legislativo na questão da proteção dos direitos da criança e do adolescente, no entendimento deles como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direito — como, aliás, prevê a própria Constituição de 88: é princípio aplicável crianças e adolescentes a consideração de que são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e que, por isso, têm de ter atenção e proteção integrais. Não se fala em situação irregular, e, embora, na prática, ainda existam essas situações, do ponto de vista do Direito, isso já está superado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Constituição de 88, pela ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1990. No mesmo ano em que promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Estamos, então, bastante avançados, e eu acredito que esse projeto de lei está no caminho do avanço legislativo, para que, como disse muito bem a Dra. Rachel, possamos pautar a realidade, e não o contrário. Nós não vamos buscar que a realidade, muitas vezes violadora dos direitos da criança, conste de alguma legislação. Pelo contrário, vamos buscar que a legislação seja avançada, para que, na prática, se dê a garantia de direitos. E, ao falarmos sobre proteção dos direitos da criança e do adolescente, precisamos nos lembrar desse sistema de garantia de direitos e de órgãos essenciais como os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares.

Analisar como os conselhos tutelares estão em cada Município é um exercício que cada um aqui pode fazer, bem como avaliar o que podemos fazer para que eles tenham estrutura adequada de atendimento, para que funcionem como devem: como órgãos incumbidos pela sociedade de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, já na perspectiva da democracia participativa e não somente representativa.

Enfim, eu considero esse projeto de lei um grande avanço e, ao contrário de alguns que dizem ser esta uma lei muito avançada para o Brasil, entendo que nós



do sistema de garantia de direitos, defensores públicos e demais profissionais que atuam nessa área, precisamos de instrumentos para trabalhar.

Esse projeto de lei, ao ser aprovado, vai representar um grande avanço para que cada criança e adolescente deste País pelo menos tenha de direito essa garantia contra castigo corporal, contra humilhação, tratamento degradante. É isso o que todos nós aqui buscamos. Todos que estão aqui são mais ou menos os convertidos a essa causa de defesa dos direitos da criança. Rede Não Bata, Eduque, Save the Children, UNICEF, UNESCO, somos todos participantes deste momento histórico muito importante, que, acredito, é de avanço e não de retrocesso.

Precisamos ficar atentos a outros projetos que possam representar algum tipo de retrocesso para o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, que precisa ser cumprido e efetivado em todas as esferas pelos Poderes, especialmente pelo Poder Executivo e, em certa medida, também pelo Poder Judiciário, que tem a tarefa de declarar o direito no caso concreto ou de ações coletivas. Lamentavelmente, ainda vemos garantias que estão previstas no Estatuto, como o direito à educação infantil. Esse direito tem de ser buscado via judicial porque os Municípios não estão atendendo a essa previsão constitucional e legal.

Quero apenas citar, desse relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a definição proposta pelo Comitê dos Direitos da Criança, na Observação Geral nº 8, adotada em 2006, que define o castigo corporal físico como “todo castigo em que se utiliza a força física e que tenha como objetivo causar certo grau de dor ou mal-estar, ainda que seja leve”. Na maioria dos casos, trata-se de bater nas crianças com tapas, bofetadas, surras com a mão ou algum objeto: chicote, vara, cinto, sapato, colher de pau, mas também pode consistir, por exemplo, em dar pontapés, sacudir, empurrar as crianças, arranhá-las, beliscá-las, mordê-las, puxar os cabelos ou as orelhas, obrigá-las a ficar em posições incômodas, produzir-lhes queimaduras, obrigá-las a ingerir alimentos fervendo ou outros produtos. Por exemplo, lavar as suas bocas com sabão ou obrigá-las a comer alimentos picantes. O Comitê opina que o castigo corporal é sempre degradante. Então, é consenso internacional que o castigo corporal é humilhante, é degradante.

E queria compartilhar com os senhores uma publicação a que já vinha há algum tempo querendo ter acesso, o que finalmente consegui ontem: *Mania de bater*



— *a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*, das Profas. Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. Nessa publicação há um capítulo que considero bastante especial e que trata da punição corporal na vida de grandes escritores brasileiros.

Há um relato de Graciliano Ramos, personalidade singular no contexto da literatura brasileira. Graciliano Ramos nasceu em Quebrangulo, em Alagoas, em 1892, e morreu no Rio de Janeiro, em 1953. Foi uma das figuras mais importantes na renovação da ficção no Brasil. Ele soube separar a literatura do engajamento político. E deixou registradas em alguns livros, como *Memórias do Cárcere*, suas impressões memorialistas. Em seu livro *Infância*, está narrado o seguinte trecho:

“As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural.

Os golpes que recebi antes do caso do cinturão” — o episódio chama-se Um Cinturão —, “puramente físicos, desapareciam quando findava a dor. Certa vez, minha mãe surrou-me com uma corda nodosa que me pintou as costas de manchas sangrentas. Moído, virando a cabeça com dificuldade, eu distinguia nas costelas grandes lanhos vermelhos. Deitaram-me, enrolaram-me em panos molhados com água de sal — e houve uma discussão na família. Minha avó, que nos visitava, condenou o procedimento da filha e esta afligiu-se. Irritada, ferira-me à toa, sem querer. Não guardei ódio a minha mãe: o culpado era o nó. Se não fosse ele, a flagelação me haveria causado menor estrago. E estaria esquecida. A história do cinturão, que veio pouco depois, avivou-a.



Meu pai dormia na rede, armada na sala enorme. Tudo é nebuloso. Paredes extraordinariamente afastadas, rede infinita, os armadores longe, e meu pai acordando, levantando-se de mau humor, batendo com os chinelos no chão, a cara enferrujada.

Naturalmente não me lembro da ferrugem, das rugas, da voz áspera, do tempo que ele consumiu rosnando uma exigência. Sei que estava bastante zangado, e isto me trouxe a covardia habitual. Desejei vê-lo dirigir-se a minha mãe e a José Baía, pessoas grandes, que não levavam pancada. Tentei ansiosamente fixar-me nessa esperança frágil. A força de meu pai encontraria resistência e gastar-se-ia em palavras.

Débil e ignorante, incapaz de conversa ou defesa, fui encolher-me num canto, para lá dos caixões verdes. Se o pavor não me segurasse tentaria escapulir-me: pela porta da frente chegaria ao açude, pela do corredor acharia o pé de turco. Devo ter pensado nisso, imóvel, atrás dos caixões. Só queria que minha mãe, sinhá Leopoldina, Amaro e José Baía surgissem de repente e me livrassem daquele perigo.

Ninguém veio, meu pai me descobriu acororado e sem fôlego, colado ao muro, e arrancou-me dali violentamente, reclamando um cinturão. Onde estava o cinturão? Eu não sabia, mas era difícil explicar-me: atrapalhava-me, gaguejava, embrutecido, sem atinar com o motivo da raiva. Os modos brutais, coléricos, atavam-me; os sons duros morriam, desprovidos de significação.

Não consigo reproduzir toda a cena. Juntando vagas lembranças dela a fatos que se deram depois, imagino os berros de meu pai, a zanga terrível, a minha



tremura infeliz. Provavelmente fui sacudido. O assombro gelava-me o sangue, escancarava-me os olhos.

Onde estava o cinturão? Impossível responder. Ainda que tivesse escondido o infame objeto, emudeceria, tão apavorado me achava. Situações deste gênero constituíram as maiores torturas da minha infância, e as consequências delas me acompanharam.

O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que a entregasse imediatamente. Os seus gritos me entravam na cabeça, nunca ninguém se esgoelou de semelhante maneira.

Onde estava o cinturão? Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro.

Onde estava o cinturão? A pergunta repisada ficou-me na lembrança: parece que foi pregada a martelo.

A fúria louca ia aumentar, causar-me sério desgosto. Conservar-me-ia ali desmaiado, encolhido, movendo os dedos frios, os beiços trêmulos e silenciosos. Se o moleque José ou um cachorro entrasse na sala, talvez as pancadas se transferissem. O moleque e os cachorros eram inocentes, mas não se tratava disso. Responsabilizando qualquer deles, meu pai me esqueceria, deixar-me-ia fugir, esconder-me na beira do açude ou no quintal.

Minha mãe, José Baía, Amaro, sinhá Leopoldina, o moleque e os cachorros da fazenda abandonaram-me. Aperto na garganta, a casa a girar, o meu corpo a cair lento, voando, abelhas de todos os cortiços enchendo-me



os ouvidos — e, nesse zunzum, a pergunta medonha. Náusea, sono. Onde estava o cinturão? Dormir muito, atrás dos caixões, livre do martírio.

Havia uma neblina, e não percebi direito os movimentos de meu pai. Não o vi aproximar-se do torno e pegar o chicote. A mão cabeluda prendeu-me, arrastou-me para o meio da sala, a folha de couro fustigou-me as costas. Uivos, alarido inútil, estertor. Já então eu devia saber que rogos e adulações exasperavam o algoz. Nenhum socorro. José Baía, meu amigo, era um pobre-diabo.

Achava-me num deserto. A casa escura, triste; as pessoas tristes. Penso com horror nesse ermo, recordo-me de cemitérios e de ruínas mal-assombradas. Cerravam-se as portas e as janelas, do teto negro pendiam teias de aranha. Nos quartos lúgubres minha irmãzinha engatinhava, começava a aprendizagem dolorosa.

Junto de mim, um homem furioso, segurando-me um braço, açoitando-me. Talvez as vergastadas não fossem muito fortes: comparadas ao que senti depois, quando me ensinaram a carta de A B C, valiam pouco. Certamente o meu choro, os saltos, as tentativas para rodopiar na sala como carrapeta eram menos um sinal de dor que a explosão do medo reprimido. Estivera sem bulir, quase sem respirar. Agora esvaziava os pulmões, movia-me, num desespero.

O suplício durou bastante, mas, por muito prolongado que tenha sido, não igualava a mortificação da fase preparatória: o olho duro a magnetizar-me, os gestos ameaçadores, a voz rouca a mastigar uma interrogação incompreensível.



Solto, fui enroscar-me perto dos caixões, coçar as pisaduras, engolir soluços, gemer baixinho e embalar-me com os gemidos. Antes de adormecer, cansado, vi meu pai dirigir-se à rede, afastar as varandas, sentar-se e logo se levantar, agarrando uma tira de sola, o maldito cinturão, a que desprendera a fivela quando se deitara. Resmungou e entrou a passear agitado. Tive a impressão de que ia falar-me: baixou a cabeça, a cara enrugada serenou, os olhos esmoreceram, procuraram o refúgio onde me abatia, aniquilado.

Pareceu-me que a figura imponente minguava — e a minha desgraça diminuiu. Se o meu pai se tivesse chegado a mim, eu o teria recebido sem o arrepio que a presença dele sempre me deu. Não se aproximou: conservou-se longe, rondando, inquieto. Depois se afastou.

Sozinho, vi-o de novo cruel e forte, soprando, espumando. E ali permaneci, miúdo, insignificante, tão insignificante e miúdo como as aranhas que trabalhavam na telha negra.

Foi esse o primeiro contato que tive com a justiça.”

O texto foi extraído de um livro dele, *Infância*, páginas 29 a 32. E há outros relatos, de vários escritores, aqui. Então, acho que deveríamos dar-lhes publicidade, para mostrar como isso marca a vida de pessoas adultas. E essas são pessoas que se tornaram escritores e puderam transmitir suas experiências. Quantas crianças se tornam adultas, têm filhos e muitas vezes reproduzem esse comportamento sem ter noção do que isso tenha representado na vida delas? Então, acho que o esforço é conjunto, e eu quero somar-me aos senhores. A Defensoria Pública está à disposição. Nós temos uma campanha institucional, nacional, dos defensores públicos este ano, pelos direitos de crianças e adolescentes. A campanha chama-se *Crianças e Adolescentes Primeiro!*, e temos uma cartilha elaborada por Ziraldo, aliás



muito bem elaborada, que eu também posso depois disponibilizar aqui para os senhores.

E, no mais, eu quero agradecer a atenção e desculpar-me, se me excedi no tempo. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Dra. Eufrásia.

Nós passamos então a palavra para a Dra. Evelyn Eisenstein, médica pediatra e clínica de adolescentes, professora adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e representante do Brasil na Sociedade Internacional de Prevenção de Abuso e Negligência da Criança.

A SRA. EVELYN EISENSTEIN - Boa tarde a todos. eu agradeço mais uma vez à Deputada Erika Kokay, à Deputada Teresa Surita, e agradeço aos senhores a atenção. Eu venho falar não só como pediatra e professora universitária, e estou representando não só a minha universidade, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro; estou representando também um organismo internacional que está em 140 países, a International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect, que é contra o castigo corporal, e vou falar desse ponto de vista.

Teresa solicitou-me que explicasse a todos nesta audiência pública o que acontece quando uma criança é violentada. E por que eu estou dando esta explicação? Porque é a minha especialidade. Além da pediatria, eu sou especialista em crescimento e desenvolvimento da criança. Então, vou trazer aos senhores um pouquinho da ideia do que acontece com uma criança quando ela é abusada. E Eufrásia já mostrou que Graciliano Ramos nunca perdeu essa memória. Essa marca é indelével.

Por que isso é indelével e fica no corpo de uma criança? Eu vou explicar aos senhores, com base nos estudos neurocientíficos que a Dra. Rachel muito gentilmente disse que existem aos milhares na literatura científica e que nós temos agora de trazer para a prática de prevenção num país como o Brasil, que necessita dessa sua população de crianças e adolescentes, que é realmente um investimento não no futuro, no presente de um país. Então, vou trazer aos senhores algumas ideias básicas, e vou correr um pouquinho para não ficar muito no “mediquês”, para os senhores não dizerem: “Ficou muito no “mediquês”, Dra. Evelyn”, mas depois eu



vou ficar à disposição de quem quiser conversar um pouquinho mais comigo a respeito dessa parte.

(Segue-se exibição de imagens.)

Enfim, o que é que eu quero dizer, já para ganhar um tempinho, não perder o meu tempo? Que qualquer criança, qualquer adolescente, em qualquer país do mundo, está numa fase de crescimento. Criança e adolescente não são miniadultos, primeiro. Segundo, estão em crescimento. Terceiro, o seu cérebro está em desenvolvimento. A maturação completa de um indivíduo só se dá em torno de 20 anos, e para muita gente não se dá nem aos 40 anos. Então, é um processo constante o do desenvolvimento cerebral.

E qualquer criança tem necessidades físicas, emocionais e ambientais. E tudo isso vai fazendo parte do que nós chamamos de caldo de cultura da sociedade, com as necessidades culturais, intelectuais, sociais. Então, o que acontece quando ocorre qualquer violência? A violência, os maus tratos, o abuso, o trauma, isso rompe o que ela tem de mais importante, que é a confiança nesse modelo adulto. Aquele pai, aquela mãe, aquela família deveria protegê-la, deveria cuidar dela, deveria segurá-la, aconchegá-la, e de repente rompe-se tudo isso, como Graciliano Ramos já contou.

Não está valendo esse *slide*. Os *slides* estão pela metade. Então, não vou poder dar uma aula pela metade. Posso pedir que alguém diminua o *zoom*? Bom, então, depois eu vou providenciar que os senhores recebam pelo menos os *slides* impressos.

O que eu quero dizer é que nós vamos trabalhar na Lei nº 7.672/10, principalmente sobre castigos corporais e tratamento cruel ou degradante, mas na verdade a violência é muito maior. A violência passa não só pelos maus-tratos. Passa, no Brasil, principalmente pelo abuso sexual, pela exploração sexual, e especialmente por isso que Graciliano Ramos já descreveu e que nós chamamos de estresse pós-traumático.

Então, eu vou tentar resumir aqui. Nós vamos falar especificamente, agora, sobre o castigo corporal, o tratamento cruel e degradante, de que Eufrásia já deu a definição, não vou repetir, mas o que eu quero mais uma enfatizar é que o uso de qualquer objeto no intuito de punir, bater, castigar, prender, torturar, ameaçar, é



inaceitável, inapropriado e rechaçado em todas as leis internacionais, na Convenção dos Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, não há mais, entre aspas, “desculpas” para não refutarmos por lei, dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, essa prática, essa história de que bater ajuda a crescer. Não existe isso. Bater ajuda a humilhar.

E quais são os traumas que acontecem? Nós chamamos de trauma tipo primeiro, tipo um, o agudo, isolado, súbito, intenso, catastrófico, como um acidente de carro, um desastre natural, uma cirurgia. Isso acontece a qualquer momento. O trauma tipo dois é o crônico, repetitivo, doloroso, sob ameaça ou pressão externa do agressor, o que ocorre no abuso sexual. A criança já fica com medo quando aquele pai entra em casa e já bate a porta. Então, é um trauma crônico na vida da criança. E o trauma que nós chamamos complexo é o múltiplo, crônico, prolongado, cumulativo, adverso ao desenvolvimento saudável, que vai ocasionando o que nós chamamos de transtornos traumáticos — *vide* Graciliano Ramos — e que segue pela vida toda.

Então, é sobre isso que eu vou falar, porque não estamos falando de palmadinha, não; quem trabalha num hospital pediátrico, quem trabalha numa emergência pediátrica como eu, que há 30 anos trabalho em hospital universitário e em hospital público, sabe que não é brincadeira, não, não é palmadinha, não; são castigos extremamente violentos os que as crianças sofrem. Há garotos que chegam com o olho furado por um cinto, por causa de uma cintada da mãe, com queimaduras e cicatrizes que nos deprimem só de atendê-los.

Quais são as causas mais frequentes dos transtornos traumáticos na infância? Logicamente, a número um é a morte do pai, da mãe ou de algum familiar muito querido. E por aí vamos: testemunhar assassinatos; separações; violência intrafamiliar; castigos — os castigos fazem parte desse cenário traumático; doença mental de pais e familiares; uso de drogas; cenas de violência.

Agora eu vou tentar explicar aos senhores o que acontece no cérebro da criança. Então, deem-me 10 minutinhos da sua atenção. O que é estresse? Estresse não é só o que eu estou sentindo agora porque os meus *slides* não estão funcionando, não é? (*Risos.*) Estresse é uma tensão, um conflito grave, uma ameaça à liberdade ou à integridade física, mental, sexual ou social. É vivenciado



quando a pessoa sofre uma perda, quando algo se rompe, quando há uma ruptura importante do valor afetivo humano, como morte do pai ou da mãe, perda de possessões importantes, como a casa onde se vive, ou quando há uma ruptura de conexões de confiança, afeto e amor, que são valiosas. Isso é o que nós chamamos de estresse.

Mas o que quer dizer estresse biologicamente? O estresse é sempre indesejável, é sempre incontrollável, acontece de repente, é imprevisível, é incompreensível. Graciliano Ramos disse isso. A criança não entende por que de repente ela está recebendo aquele castigo. É difícil adaptar-se a uma situação de estresse. O estresse causa o que nós chamamos de desequilíbrio da homeostase. Eu vou explicar o que é homeostase: é o que nós chamamos de equilíbrio hormonal, balanceamento. O estresse ameaça a sobrevivência.

Agora eu peço 1 minuto da atenção dos senhores. No estresse, como Graciliano Ramos disse, a voz fica muda, o coração bate, a mão treme, a pressão sobe. Todo o mundo já viveu algum estresse: ou tem uma diarreia, ou fica com palpitação, ou sente falta de ar. Por quê? Isso tudo está biologicamente explicado: vem lá do sistema nervoso central, passando pelo que nós chamamos de núcleo paraventricular do hipotálamo, e por aí vai, até chegar aos neurônios.

E, como estamos falando de criança, cito principalmente o eixo hipotálamo-hipofisário-adrenal, onde há a produção do hormônio de crescimento. Sabemos que crianças que sofrem castigos sofrem o que chamamos de nanismo psicossocial. Elas têm baixa estatura, não crescem. E não crescem só porque não têm comida; não crescem porque não têm o alimento mais importante, que é a nutrição do afeto, da atenção. Quando se remove essa criança daquele ambiente e ela é colocada em um hospital, ela começa a comer e passa pelo que nós chamamos de velocidade de recuperação, o *catch up growth*, que é a minha tese de doutorado. Eu já provei isso. Então, isso não é uma ação qualquer; é uma ação do que nós chamamos de sistema autonômico periférico.

Não vou entrar em detalhes sobre o cérebro, mas hoje em dia a neurociência mostra que principalmente o hipotálamo, o hipocampo e o lobo frontal do córtex cerebral têm a maior importância no que chamamos de conexões sociais. Então, eu vou falar só 1 minutinho de um hormônio, para os senhores entenderem. Todo o



mundo já ouvi falar de adrenalina. Acontece que o estresse causa a produção do hormônio ACTH, que vai estimular a glândula adrenal a produzir o cortisol para combater — é o que nós chamamos de reação de fuga ou de luta. E esse cortisol vai bloquear o hipotálamo. Os senhores estão entendendo? Aumentou o cortisol, ele automaticamente bloqueia o que nós chamamos os hormônios liberadores em nível de hipotálamo. Então, não é só um tapa um dia, mas agressão constante, constante, e essa criança começa a ter problemas em nível de hipotálamo; com isso, vai alterar-se todo o seu sistema de crescimento, desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento hormonal. Eu não vou entrar em detalhes, mas, para quem quiser saber, depois há diminuição da produção hormonal, diminuição da densidade dos neurônios, há todo um arsenal bioquímico, digamos assim, que vai acontecendo no cérebro da criança.

E qual é o impacto desse estresse crônico no neurodesenvolvimento? Primeiro, diminui o volume do hipocampo, diminui o lobo frontal, diminui o controle emocional, diminui o que nós chamamos de estabelecimento das conexões afetivas. Quando nós lidamos com menino de rua vemos que eles são impulsivos. Por que é que os meninos de rua são impulsivos? Tem tudo a ver com esse estresse crônico que eles sofrem. Eles não têm o controle límbico necessário, eles não tiveram esse aprendizado.

Olhem só o que acontece! E Graciliano Ramos já falou de tudo isto, não é? O que acontece? A primeira dificuldade: são crianças que não dormem, crianças que são hipervigilantes, não conseguem dormir; a criança vai ao pediatra e ele diz: é hiperativo. Papo furado! E mais: alterações cardiovasculares, isto é, taquicardia; transtorno de alimentação, e estamos aí com as academias cheias de garotas com obesidade e ao contrário, com transtornos alimentares; inibição da atividade imunológica; todo o mundo sabe que uma criança estressada tem, por exemplo, mais problemas de asma, quem tem filho sabe; atraso do crescimento; dificuldade de cognição — e no Brasil há problemas de repetição escolar, problemas de evasão escolar; são crianças traumatizadas que dormem sob tiroteio e que não sabem por que no dia seguinte não conseguem prestar atenção à aula de matemática, não é?

Os transtornos emocionais levam à cadeia de drogas, ao início precoce do uso de cigarro, maconha, droga, álcool, cocaína, e por aí vai. Então, eu também



resumi. As reações corporais são intensas. Já falei do nanismo psicossocial, dos problemas de sono, da hiperatividade, dores de barriga, reações alérgicas; tudo isso nós vemos no dia a dia dos consultórios médicos. As reações emocionais também fazem parte do dia a dia dos consultórios de psicologia: problemas de memória — atendi uma garota que fez até tomografia porque tinha falta de memória; ela tinha sido espancada pelo padrinho — e por aí vai, como Graciliano Ramos já disse: medo intenso, terror noturno, raiva, irritabilidade, regressões. Uma dessas reações é chupar o dedo. Quando lidamos com uma criança que foi muito abusada e violentada, e os senhores vão ver um *slide* a esse respeito, nós vemos que ela se balança o tempo todo. Acrescentem-se o desespero, choros frequentes, o que nós chamamos de choros noturnos, reações depressivas, inclusive tentativas de suicídio e uso de drogas.

Rachel já disse: o que é que nós chamamos de dor? Não é só a dor daquela pancada. Essa é uma dor física. A dor que mais dói, a dor indelével é a que nós chamamos de dor emocional. Não deixa marca a dor emocional. Ela deixa marca no comportamento, na conduta a seguir dessa criança. Então, qual é a dor emocional? É o que nós chamamos de sofrimento em silêncio. É aquela criança que vai chorar no cantinho, não é? São as reações de pânico, angústia, isolamento social, ruptura da relação de confiança, o medo, a perda de rotina. E ela regride, ela torna-se infantil.

Entram as reações cognitivas. Todas as professoras do Brasil sabem disso, não é? Então, começa a confusão mental, a dificuldade de concentração: “Deu branco na prova!”, disfunções da realidade, pensamentos intrusivos, pensamentos suicidas e mau rendimento escolar. Das reações psicossociais Rachel também já falou. Onde estão esses adultos? Se nós formos procurar, eles estão nas delegacias, estão nas prisões, estão nos hospitais psiquiátricos. É só fazermos uma enquete. Eu tenho um colega que trabalha na Califórnia. Setenta por cento das pessoas que atualmente estão nas prisões da Califórnia tiveram trauma da violência quando crianças e adolescentes. Os estudos estão aí. Então, nós já sabemos de tudo isso.

O que é que nós chamamos de dissociação? Dissociação é a perda da realidade, é como se nos tivessem tirado o tapete. Dissociação é um *split*, mas hoje



em dia nós entendemos que esse *split* é hormonal, é neuro-hormonal, é traduzido pelo cortisol, como nós vimos. Então, lá vêm os problemas de memória, estupor, desorganização, perda do senso da realidade, perda do interesse, perda do controle, tudo isso causado pelo cortisol. E não é só o cortisol; há também a corticotrofina, e para quem quiser eu posso falar mais sobre isso.

Então, não são só as lesões corporais. As lesões corporais, eu digo isso nas minhas apresentações, são as mais fáceis de serem diagnosticadas. Um braço quebrado, a clavícula quebrada, um hematoma, isso é fácil diagnosticar, porque aparece. Os acidentes, gravidez, aborto, doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, abuso de drogas, tudo isso a gente vê. A gente vê as consequências. O pior são as lesões cerebrais permanentes, aquilo que não se pode mais tirar da cabeça daquela criança ou do adolescente, nem quando ele se transformar num adulto, e aí ele vai precisar de um tratamento psiquiátrico, tratamento legal, tratamento jurídico. E lá estamos nós, num sistema, com um enorme custo para a Nação.

Quais são as complicações tardias de alto risco? Tudo isso de que já falei, inclusive o risco de suicídio, e principalmente a fuga de casa. Pergunta-se por que meninos estão na rua; é porque eles já foram violentados em casa. Então, uma sequência, uma cadeia de fatos vão sendo associados: começou em casa, vai para a rua; na rua é mais violentado, vai para o abrigo; no abrigo é mais violentado, e o Brasil perde mais um cidadão.

Então, eu gostaria que, de tudo isso que eu disse, os senhores guardassem esse *slide*. Ele foi cedido por Bruce Perry. Eu tenho permissão para uso. Bruce Perry é a pessoa que mais entende de trauma de crianças. Acompanhem comigo esse *slide*. Aqui nós vemos uma criança calma. Ela tem um estilo cognitivo totalmente abstrato, ela está trabalhando principalmente com seu córtex cerebral, está descansada, não tem problema algum e tem, olhem só, expectativa de futuro. Ela é amada, é querida; ela pensa no que vai fazer no próximo fim de semana, no que quer fazer nas férias, no que quer fazer quando crescer. Então, a criança tem uma expectativa de futuro. Ela é o aqui e agora, mas tem uma expectativa de futuro.

À medida que essa criança é abusada, Bruce mostra a relação que existe entre o medo e o aprendizado. Então, à medida que ela é abusada, ela passa para



um estado de alerta, alarme, medo e terror. E nós vamos vendo o que vai acontecendo no seu cérebro. Isso sai do córtex, passa pela região límbica até a parte praticamente autonômica. Ela vai reagir, com o susto, e vai passando para a repulsa, vai desmaiando, e principalmente vai perdendo o que nós chamamos de concepção do tempo. Chega um momento em que ela não tem a concepção do tempo. E tudo isso, de novo, lá vamos nós, passa pelo nosso cortisol, pela nossa corticotrofina. Então, o comportamento que é classificado como de pirralhento, de bagunceiro, disso e daquilo, o que menospreza e humilha ainda mais a criança, na verdade deve-se a reações sobre as quais ela não tem qualquer controle.

Eu já estou terminando. O estresse pós-traumático é um diagnóstico internacional. Ele já está na classificação das doenças. E esse quadro é para quem quiser entender mais sobre isso, principalmente sobre o que eu chamo de depressão de crianças e adolescentes. Quando nós vamos trabalhar com uma criança que tem depressão, que chupa o dedo, que está fazendo pipi na cama, que está indo mal na escola, se nós fazemos uma pequena avaliação da família, e não precisa ser muito profunda, não, com uma pequena avaliação da dinâmica familiar, já encontramos essa violência. E por isso o silêncio, por isso as famílias não gostam de verbalizar, por isso o trabalho que um psicólogo ou um pediatra tem para buscar aquela história, porque isso não é apresentado. A criança é tratada como a vítima culpada: é ela que tem o problema, não é a família. A família pula fora. Ninguém conta do tapa que deu, do castigo que levou. Então, é aos poucos que nós vamos revelando essa história.

Quanto às complicações no longo prazo, já existe um estudo internacional, o ACE, *Adverse Childhood Experiences*, que mostra que tudo isso, inclusive a associação com álcool, drogas, gravidez não desejada, acidentes, tudo isso tem relação com traumas. Estivemos na semana passada num congresso da Organização Mundial Saúde, no Rio de Janeiro, sobre Determinantes Sociais de Saúde, e ouvimos uma palestra do Dr. Robert Blum. Ele disse que, se qualquer país quer investir, tem de investir em educação de suas crianças e adolescentes.

Essas são as complicações no longo prazo. Olhem aqui a cascata de problemas de saúde! Esta semana a Fundação Getúlio Vargas está lançando um livro de Heckman, um economista que ganhou o Prêmio Nobel de Economia e que



diz a mesma coisa: para cada R\$ 1 gasto em saúde R\$ 15 são gastos no tratamento de doenças que poderiam ter sido prevenidas na infância, porque problemas na escola, problemas de droga, de gravidez, de acidentes, de situação traumáticas, tudo isso poderia ter sido evitado com um investimento lá na primeira infância, no grupo escolar.

Nós temos então complicações no longo prazo com um enorme custo social e político para a Nação. Vejam qual é o preço que o Brasil paga por que não investe os recursos apropriados em crianças e adolescentes, em doenças que poderiam ter sido prevenidas na infância, que poderiam ter sido prevenidas na escola, porque poderia ter havido o suporte social necessário para se lidar não só com a criança problemática mas com a família, essa família que está doente. Vejam o impacto cultural da falta de suporte social.

Quem são os responsáveis? Todos nós! Todos nós somos responsáveis. Todos os adultos são responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes. Eu quero dizer que quando eu disse ao rapaz que fez esses meus *slides*, Carlos Augusto, que colocasse cada responsável numa cor, ele achou que “pais” era “país” e colocou na mesma cor a sociedade e o governo. Na verdade foi um ato falho dele, mas o país é feito da sociedade e do governo. Eu estou aqui como cidadã, como pediatra, mas acho que cabe a todos nós que trabalhamos com crianças e adolescentes a prevenção da violência.

Então, eu listei uma série de coisas simples que poderiam ser feitas. Acho que vamos deixar, Teresa, para uma próxima etapa, assim que a lei, que os arts. 17 e 70 forem aprovados. Isso já está praticamente referendado por vários países. Como se faz para interromper transtornos e traumas? Como se faz para prevenir a violência? E estou concluindo. Os desafios profissionais das redes de proteção aos direitos hoje os senhores ouviram dos especialistas: trabalho em equipes multidisciplinares, trabalhos intersetoriais, palestras, fortalecimento das atividades, tudo isso, nada de novo. O que nós temos de saber é o seguinte: nós já assinamos a lei, está na Constituição Federal e já está escrito em nossa lei que criança e adolescente são prioridades, e prioridades absolutas. Está na lei. Então, a lei tem de sair do papel para as políticas. Os recursos, os direitos de saúde têm de estar o tempo todo como prioridade em qualquer pauta. Isso era o que eu queria dizer.



Tudo isso já está assegurado pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU e pelo nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, que nós estamos querendo simplesmente atualizar, porque o que era realidade há 20 anos não é mais a realidade atual. Então, nós precisamos atualizá-lo e, ao contrário, não excluir a família, e sim incluir também a família.

E esse aqui é só o material com que nós fazemos treinamentos profissionais pelo Brasil afora, e está à disposição de quem estiver interessado.

Por último, eu agradeço a atenção. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós agradecemos a exposição à Dra. Evelyn Eisenstein, e passamos a palavra ao Dr. Célio da Cunha, que é representante da UNESCO aqui no Brasil.

O SR. CÉLIO DA CUNHA - Primeiramente, cumprimento a Mesa e todos os presentes. Acho que essa presença é muito boa.

Estou aqui representando o Dr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil. Eu sou consultor da UNESCO e também da Universidade de Brasília.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, eu preparei alguns *slides* também, de forma bastante rápida. Acho que muitos realmente vão só confirmar o que as excelentes palestrantes já apresentaram aqui num nível de profundidade muito grande. Mas eu coloquei de propósito, logo no início, um texto de Rousseau, porque esse livro *Emílio, ou da Educação* talvez seja um dos maiores tratados de educação e de pedagogia. E logo no comecinho do livro vejam o que ele escreve: *“Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem”*. Todo o fantástico trabalho de Rousseau vai nessa direção. Certamente já se passaram séculos. Ele escreveu isso por volta de 1760, já são passados alguns séculos, mas eu acho que essa frase continua sendo bastante impactante. Acho até que Rousseau pensou depois disso num novo contrato social.

Bom, eu coloquei isso em termos de história porque nós estamos há séculos na luta para fazer prevalecer o reconhecimento de uma lógica de desenvolvimento humano, o reconhecimento de uma lógica diferente, a da criança, de uma personalidade diferente, a da criança. É uma luta de séculos, uma luta ainda inacabada; eu não diria nem inacabada, ainda longe de ser atingida em seu ideal.



Por isso eu coloquei um exemplo da história, um exemplo para vermos como isso evoluiu.

Eu peguei isoladamente um exemplo de Carolina do Norte, Estados Unidos, Século XIX. Vejam o que eles faziam, para cada tipo de comportamento: meninos e meninas brincando juntos, quatro chicotadas; unhas cumpridas, duas chicotadas (e vemos que até hoje a sociedade americana ainda luta contra esse problema, não é?); sair sem curvar-se para o professor: duas chicotadas. Vejam a luta que acontece, depois de Rousseau — apesar de o Século XIX ter sido um século de grandes educadores, não é? A Dra. Evelyn ressaltou há pouco a importância da educação e dos grandes educadores do Século XIX e do começo do Século XX também, como Claparède, Montessori, Pestalozzi. Mas de fato a luta permanece. Ou seja, não podemos perder de vista que a nossa é uma sociedade autoritária. Herdamos uma sociedade escravista, uma sociedade de casa grande e senzala. Isso está de pé até hoje.

E na medida em que essa portentosa obra do Rousseau começou a iluminar todo o Século XIX, todo o Século XX, depois da Revolução Francesa, o próprio conceito de educação começou também a mudar. Nós, quando falamos em castigos corporais, precisamos também pensar no que entendemos por educação. E muitas vezes, com muita frequência nós estamos vemos, hoje, na televisão e nos jornais, famílias de classe média defendendo conceitos de educação altamente competitivos, não é? Por isso, a UNESCO alia toda essa questão também ao problema dos direitos humanos, dos direitos à educação, que se exercem na medida em que as pessoas, além de terem acesso à escola, possam desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo ao longo da vida. Isso é também qualidade da educação.

E o que é desenvolver-se plenamente? Essa é uma questão que não se discute. Mesmo no Plano Nacional de Educação, os senhores podem observar que nas discussões isso não vem à tona. O que é educação plena? O que é educar plenamente o ser humano? Então, essa é uma questão que precisa ser aprofundada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente acertou: o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente envolve um conjunto de direitos, inclusive o de a criança



contestar critérios avaliativos. A Dra. Evelyn falou do grande índice de repetência que há no Brasil hoje. E o ECA teve esse grande mérito de abrir espaços para a lógica da criança, uma lógica diferente da lógica do adulto. É o entendimento dessa lógica que vai civilizar-nos um pouco mais. E é muito difícil isso, e estamos verdadeiramente longe disso. Não é fácil. Não podemos perder de vista que nós somos uma sociedade autoritária. Na história do Brasil, liberdade tem sido exceção, e não regra geral. Agora é nós que estamos respirando, já, um clima de maior liberdade.

Bom, quando chega a Convenção, em 1989 — e a Convenção é primeiro grande instrumento internacional de direitos humanos criado expressamente para tratar da prevenção de todas as formas de violência contra as crianças, e isso é importante, porque esta discussão está sendo promovida pela Câmara —, seu art. 19 exige que todos os países tomem todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais para proteger a criança. E o Brasil ratificou essa Convenção, de forma que a decisão política já foi tomada; trata-se apenas, agora, de um desdobramento, de uma operacionalização. Então, nós não podemos de vista isto: o Brasil tem um compromisso internacional.

Em termos internacionais, são poucos os países que proibiram os castigos físicos. Não sei se houve mais alguns nos últimos anos, mas até 5 anos atrás, eram 16 países os que haviam proibido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CÉLIO DA CUNHA - Então, o número já aumentou para 30, hoje. Pois é, estou com essa estatística um pouco defasada, mas ainda assim, de 200 nações do mundo, realmente é um número bastante irrisório, não é?

Eu fiz um levantamento do que dizem algumas pesquisas. Muitas coisas já foram apresentadas pela Dra. Rachel, Dra. Evelyn e Dra. Eufrásia, mas nunca será demais insistir, porque os trabalhos resultados de pesquisas representam um grande instrumento para convencer os Parlamentares, os políticos, a população, os Pais, a nós mesmos, de que não estamos falando à toa. É preciso dar uma convicção a nossa fala, uma convicção pública para que as medidas possam ser tomadas com a maior urgência possível.



Então, são alguns dados de pesquisas sobre abusos físicos, maus-tratos por parte dos pais; a perturbação na criação dos filhos. Os pais que agredem os filhos tendem a ter problemas conjugais e a brigar fisicamente. E um terço dos casos que levam à agressão é proveniente do abuso de substâncias químicas, como já foi dito aqui.

Em países onde o clima violento não é frequente, as agressões contra as crianças são também mais raras, mas hoje nós temos uma grande violência na sociedade brasileira e uma grande violência nas nossas escolas. Os jovens estão entrando armados nas escolas. É um quadro mais amplo que nós temos de enfrentar.

Continuando, o que dizem algumas pesquisas?

Nos Estados Unidos da América, segundo uma amostra, mais de nove em cada... Pais e mães de crianças em idade escolar relatam que usam punição física em casa. É um número excessivamente alto.

Pesquisas mostram associações de médio a longo prazo, devido ao uso de castigos físicos. Entre as consequências estão a falta de internalização moral. Esta questão é extremamente importante: relacionamento ruim entre pais e filhos; aumento da agressividade física, delinquência; saúde mental prejudicada. Os estudos revelam que quanto mais punição física recebe a criança, mais agressiva ela se torna e aumenta a probabilidade de ser antissocial ou agressiva quando adulta.

Por que isso acontece? Segundo a Teoria da Aprendizagem Social, a criança poderá imitar o punidor. Se os pais punem a criança, a criança tende também a punir depois.

Esse quadro aqui é extremamente importante. Esse pesquisador analisou quase 200 estudos, as pesquisas mais importantes da área, verificando, de cada pesquisa, quais as consequências — que já foram inclusive ditas, do ponto de vista médico. A Dra. Evelyn fez um relato exaustivo. Mas vejamos, do ponto de vista mais psicológico quais podem ser as consequências.

Crianças vítimas de maus-tratos físicos — número de estudos examinados, 10; número de estudos que confirmam isso, 10.



Saúde mental abalada — número de estudos examinados, 12; número de estudos que confirmam isso, 12. É muito alto o índice.

Saúde mental abalada quando adulto — a mesma coisa. Número de estudos examinados, oito. Todos eles confirmados.

Deterioração das relações com os pais — 13 estudos examinados. Os 13 estudos confirmam a deterioração.

Internalização moral — 15 estudos examinados. Quinze estudos confirmam isso.

Agressão a crianças colegas — dos 27 estudos examinados, 27 confirmam isso.

Agressão a adultos — dentre os quatro estudos examinados, quatro confirmam.

Então esse quadro é extremamente importante. Ele mostra as consequências e as implicações.

Crianças delinquentes e antissociais — de 13 estudos examinados, 12 confirmam.

Comportamento antissocial adulto — cinco estudos examinados, e cinco confirmam.

Maus-tratos a filhos e cônjuges na idade adulta — todos os casos confirmam.

Obediência imediata da criança — todos os estudos confirmam.

Essa é uma síntese que este autor fez de quase 200 estudos na área.

Há uns 5 ou 6 anos, a UNESCO, aproveitando um excelente livro que foi produzido em Paris, traduziu-o no Brasil. Lamentavelmente esta esgotado, mas merece uma reedição. O título do livro é: *O caminho para uma disciplina infantil construtiva: eliminando castigos corporais*. Este livro é realmente muito bom. Lamentavelmente foi feita uma edição muito restrita, de mil ou mil e quinhentos exemplares. Eu trouxe este livro para apresentar aos senhores, porque ele foi preparado para uma ação mundial da UNESCO. Ele está dividido em três grandes partes.

Na primeira parte ele analisa o imperativo dos direitos humanos de acabar com todo o castigo corporal. Apresenta um panorama geral de todas as convenções internacionais, de todos os documentos internacionais que proíbem o castigo físico.



Na segunda parte do livro há relatos de pesquisas que mostram as implicações dos castigos físicos, a preponderância, os preditores, as implicações para o comportamento e desenvolvimento da criança.

E a terceira parte, apresenta, já num sentido mais pedagógicos, alguns caminhos para uma disciplina infantil construtiva.

Eu vou até recomendar à UNESCO que reedite esse livro, possivelmente até com o apoio do Ministério da Educação porque nós precisamos divulgar para todo o País, fazer chegar às escolas, aos educadores, a todas as instâncias do País essas informações. É fundamental. Nós precisamos reeducar a sociedade brasileira nesse sentido. Precisamos utilizar intensamente os meios de comunicação de massa, todos os meios que estiverem ao nosso alcance.

O terceiro capítulo do livro estabelece algumas diretrizes para uma educação construtiva nessa área. Ele constitui todo o patrimônio da UNESCO de direitos humanos. É importante lutarmos nesse sentido onde estivermos, porque a questão extrapola, ela é mais ampla. A questão é estrutural na sociedade brasileira. Nós nunca podemos esquecer que quando foi feito o plebiscito sobre o uso de armas, nós perdemos de longe, ou seja, a maioria da população brasileira aprova ainda o castigo físico. Nós temos de fazer um amplo trabalho de conscientização. Certamente que com uma lei proibindo castigos físicos e operadores da Justiça atuando, vamos inaugurar um novo capítulo na nossa história. Mas há alguns princípios, como respeitar a dignidade da criança; respeitar a lógica da criança; desenvolver o comportamento pró-social de autodisciplina e caráter; maximizar a participação da criança; as necessidades de desenvolvimento e qualidade de vida da criança; respeitar a motivação ou motivações de mundo da criança; garantir a imparcialidade e a justiça distributiva; promover a solidariedade.

E nós poderíamos ainda mencionar outra questão que não foi objeto de um estudo mais específicos, mas tem uma tremenda implicação para um país emergente como o Brasil: os castigos físicos, a punição nessa sociedade autoritária. Essa educação autoritária que temos ainda, mata a criatividade da criança, bloqueia a criatividade da criança. Isso é um enorme prejuízo para a Nação, é um enorme prejuízo para todos nós. Quando uma criança pega um brinquedo, muitas vezes o estraga querendo ver o que tem dentro. É a primeira curiosidade científica da



criança, mas chega o pai e diz “não”, chega a mãe e diz “não”. Por isso nós precisamos de grandes educadores. Hoje existe uma verdadeira inversão: nós vamos encontrar os melhores professores na pós-graduação. A rigor, nós deveríamos ter os melhores professores na educação infantil, que é quando a criança mais precisa. É no momento em que ela mais precisa que nós temos professores pessimamente formados.

Então o problema dos castigos físicos, como foi dito aqui, passa também pela educação.

Nesse sentido, concluindo essa breve intervenção, foi aprovada agora e está em curso Comissão Especial destinada a discutir a Lei de Responsabilidade Educacional. Eu acredito que os líderes desse brilhante trabalho — e parablenizo as Deputadas que estão à frente: Keiko Ota e Profa. Teresa Surita, por esse trabalho de grande alcance — possam também estabelecer uma conexão com os líderes que estão trabalhando na referida Comissão Especial. Por que isso? Porque a Lei de Responsabilidade Educacional está sendo pensada, está sendo trabalhada de comum acordo entre os educadores e os operadores de justiça, juizes e promotores, para ser dotada de instrumentos que permitam à Justiça agir; que permitam à Justiça realmente condenar quem deva ser condenado; que permitam à Justiça realmente estabelecer algumas punições.

Eu acredito que também nessa lei pode-se abrir um capítulo em relação à proibição dos castigos corporais, porque, certamente, os operadores de justiça — acho que a Profa. Eufrásia já falou nesse sentido — têm enorme importância nesse processo, para atingirmos, sem dúvida, esse ideal de eliminar de uma vez por todas os castigos corporais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Antes de passar ao debate, como há *quorum* regimental, vou submeter à apreciação desta Comissão a alteração do Requerimento nº 6/11, de autoria da Deputada Flávia Morais, já aprovado no Estado de Goiás, e que transforma em fórum de debates a audiência pública.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.



Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento que transforma em fórum de debates a audiência pública, requerimento apresentado pela Deputada Flávia Moraes.

Registro, com muita alegria, a presença do nosso sempre Deputado e defensor das crianças, Paulo Lustosa.

Passo a palavra à Relatora para que possa utilizá-la pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Boa tarde a todos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a presença à Dra. Rachel, à Dra. Eufrásia, à Dra. Evelyn e ao Dr. Célio. Eu entendo que esta foi uma audiência bastante produtiva, pela maneira consistente como foi apresentado o tema com relação à violência na infância. Eu não sou especialista no assunto, mas tenho procurado realmente um conhecimento bastante grande, justamente em função do relatório.

É impressionante como é clara a consequência dos maus-tratos, a consequência do abuso com relação à criança. Quando entramos realmente nos estudos e na experiência principalmente dos pediatras, psicólogos, professores, vemos como isso é grave e como temos realmente que reeducar a sociedade brasileira.

O problema não é criança que é birrenta, não é a criança que é mal-educada, até porque a criança não nasce educada, a criança precisa da proteção e da educação. É no seio da família que ela pode buscar esse apoio. E uma das coisas que tem me chamando muito a atenção é o número de reportagens que tem acontecido nas televisões, nos noticiários com relação à violência entre jovens. É violência nas escolas, é violência nas ruas, é violência no trânsito, é violência nas festas. E a consequência disso tudo vem de onde, se é a educação que forma a criança, o jovem para, eu não diria o futuro, mas que realmente vai transformando o presente?

Nessa minha busca de informação, vi em um dos países que está agora implantando a lei, o Paraguai, um cartaz que me chamou muito a atenção, onde aparece uma criança, um adolescente e a seguinte frase estampada no cartaz: “Nós



não somos o perigo, nós estamos em perigo”. Então, eu entendo que isso é muito forte, na minha avaliação, em função de tudo que estamos aprendendo com essa matéria. E eu entendo também que a dor emocional é muito pior do que a dor física, porque para a dor física hoje existem vários analgésicos que rapidamente anestésiam; mas a dor emocional fica realmente para sempre. Eu acredito que essa sociedade insegura, essa sociedade muitas vezes com medo, com receio e principalmente com medo dos jovens, é consequência realmente de uma educação que precisa ser revista.

Eu gostaria de agradecer muito a participação a esses especialistas, com quem já tive oportunidade de conversar pessoal e individualmente. E quero dizer que vocês contribuíram muito com essas informações, para que a gente possa estar mais inteirado de uma forma mais consciente da mudança da realidade da nossa sociedade, que realmente precisa ser reeducada, como foi colocado tão bem aqui pelo Dr. Sérgio.

Agradeço a vocês a presença.

A **SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Teresa.

Passo a palavra à Deputada Aline Corrêa.

A SRA. DEPUTADA ALINE CORRÊA - Primeiro, boa tarde a todos. Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar a Presidente, a nossa Relatora por ter nos dado essa oportunidade de ter essa tarde de aprendizado. Como ser humano, como mãe de duas adolescentes, eu realmente cresci e aprendi hoje nesta tarde.

Eu procurei sempre educar minhas filhas com muito carinho, com muito humor, com muita atenção e sempre trabalhei muito, e o que eu vejo é que a violência está na casa de todos. Não existe nenhuma classe social. Às vezes a gente sai para trabalhar, deixa com algum cuidador, e alguns relatos realmente nos chamam a atenção com relação a consequências. Então, aprendi muito com as profissionais, as médicas. A Dra. Rachel realmente teve uma conversa muito objetiva, e eu fiquei muito feliz em saber da capacidade de superação que o ser humano tem. Então, é por isso que a gente tem que apostar nas nossas crianças e adolescentes que já passaram por essa violência e evitar que novos casos, novos milhões de brasileiros sejam expostos a essa violência.



Então, eu realmente queria agradecer à Dra. Rachel, à Dra. Eufrásia, à Dra. Evelyn, ao Dr. Célio, porque todos aqui me apresentaram vários dados. E eu não diria que Brasil está agressivo, como a Dra. Rachel afirmou. Quando vemos que de 200 nações só 30 já fizeram efetivamente alguma mudança na legislação, concluímos que o mundo está agressivo, e vemos isso no noticiário todos os dias.

Então, na hora em que a Dra. Eufrásia citou o livro, eu fiz questão de anotar o nome para tentar adquirir. Nossos escritores colocaram para fora, verbalizaram aquilo que muitos brasileiros e muitos cidadãos do mundo passaram. E a Dra. Evelyn trouxe para nós a questão da academia. Eu digo sempre que a parte acadêmica tem que se voltar para a parte prática da população. Porque nem todos têm condições de estudar muito. Quantos anos de estudos a senhora teve para realmente chegar onde está hoje, com condições de capacitar outros profissionais. Realmente, precisamos reeducar a nossa sociedade, informar a nossa sociedade.

Eu aprendi muito. Vou fazer um requerimento, Teresa, pedindo a realização de um seminário. Sou Parlamentar pelo Estado de São Paulo e, desde já, individualmente quero me colocar à disposição de todas vocês para podermos levar esse debate um pouco mais adiante. A Dra. Eufrásia se referiu à Lei da Palmada, do que a mídia coloca, do que vamos ter eventualmente nesta Casa, é porque ela sabe que, lá na frente, pessoas vão querer talvez denegrir ou pelo menos ridicularizar essa questão. Então, eu acho que este Congresso tem que estar maduro para votar uma lei como essa. E estou sugerindo à Relatora um debate pelo menos em algumas capitais — talvez isso seja interessante —, para que possamos realmente levar esse dado adiante.

Eu trouxe para vocês, e vou deixar com a Relatora, um relatório que fizemos. Sou membro da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de projetos de lei destinados a combater e prevenir os efeitos do *crack* e de outras drogas ilícitas. O Congresso recentemente aprovou duas Comissões Especiais para estudar esse assunto: a Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas e a Comissão Especial sobre Bebidas Alcoólicas. Fizemos debates em todos os Estados brasileiros sobre a questão das drogas lícitas e ilícitas. Apesar de serem duas Comissões, eu faço parte das duas. E tivemos



condição de fazer várias reuniões em São Paulo e levantar muitos dados em relação à bebida e ao uso de outras drogas.

Então, vou deixar esse relatório aqui. Este assunto que nós estamos tratando nessa tarde é, com certeza, o começo da ação que uma família tem que fazer na hora que escolhe ter um filho. Porque a consequência está nesses números, nesses dados das duas Comissões e no custo que o Brasil vai ter que investir. A situação do *crack* é alarmante em nosso País. Temos crianças bebendo, fumando *crack* e usando vários tipos de drogas aos 8 anos. Então, trazemos alguns números realmente muito alarmantes. Ou o Brasil cria uma política de prevenção, de educação, ou esses números... O Brasil é um país do futuro, mas se não tratarmos do presente, como disse a Dra. Evelyn, se não tratarmos das nossas crianças e adolescentes hoje, não sei que futuro realmente vamos ter. Temos que criar uma sociedade com condições de pensar, de avaliar, de escolher.

Esses dados mostram um pouco as consequências de essa lei não estar em funcionamento, em uso, apesar de o Estatuto da Criança ser muito claro. O mundo todo deve ter esses números.

Quero parabenizar a Presidente, a Relatora, agradecer ao meu partido que me colocou como representante nesta Comissão, e dizer que estou à disposição de todos aqui, da sociedade civil, de todas as entidades que querem realmente fazer um trabalho de divulgação, para que possamos levar esse assunto e debatê-lo. Inclusive levarei a palestra de vocês, os dados que obtive aqui a São Paulo, à UNICAMP, à USP, porque precisamos debater mais essas questões com vários profissionais como a Dra. Evelyn, a Dra. Rachel, a Dra. Eufrásia, o Dr. Célio. Que realmente a gente possa ampliar esse debate na sociedade e que fique bem claro qual é o objetivo da lei e para quê o Congresso e a nossa Relatora estão fazendo isso.

Então eu me coloco à disposição.

Parabéns e obrigada a vocês por esta oportunidade que me deram esta tarde.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Aline.

Eu gostaria de saber se alguém quer fazer uso da palavra. Alguém quer se inscrever? (*Pausa.*)



Não havendo quem queira se inscrever, nós vamos passar a palavra aos membros da Mesa, por um período de 3 minutos, para suas considerações.

Antes eu gostaria de atentar para alguns aspectos: o primeiro é que nós vamos realizar nossa próxima audiência pública no dia 8 ou dia 9 de novembro, quando nós vamos discutir com os representantes do Governo. É uma audiência importante, porque o projeto fala de políticas públicas e fala, inclusive, de capacitação de profissionais.

Foi bem lembrado pelo Dr. Célio: nós estamos discutindo a Lei de Responsabilidade Educacional, que me parece que pode representar um novo paradigma na relação entre os Municípios que executam a política e os entes da Federação, inclusive o próprio Governo Federal.

Nós temos discutido, inclusive no Ministério da Saúde, a necessidade de introduzir, de incluir a abolição do castigo corporal no pré-natal, no PSF, de estabelecer as notificações, que já existem, mas fazer com que elas possam ter uma celeridade, uma leveza maior. Nós podemos introduzir essa discussão. Foi sugerido inclusive pelo próprio Ministro no projeto Saúde nas Escolas, para que nós também possamos levar para os nossos meninos e meninas. E foi sugerido pela Ministra Gleisi Hoffmann que nós levássemos essa discussão para o Ministro Moreira Franco, para que faça parte da agenda estratégica do País. Então estamos solicitando uma audiência com o Ministro Moreira Franco, para tentar introduzir essa discussão, como nós queremos fazer em todas as discussões que estão acontecendo. A Deputada Aline falava da discussão que esta Casa está fazendo do enfrentamento à drogadição, mas, de todas as discussões que acontecem nesta Casa é importante que nós possamos estabelecer esse recorte dos castigos corporais.

Nós queremos apenas pontuar algumas coisas que foram faladas aqui. Primeiro, estamos aqui para reafirmar os agradecimentos em nome desta Comissão. Nosso agradecimento muito especial a todos vocês pela participação hoje nesta discussão, que nos ajudou a pensar.

Um outro aspecto, uma barreira que penso que nós deveríamos vencer no diálogo com a sociedade é que muitas vezes essa lei é encarada como uma lei de desempoderamento da própria família, e ela, em verdade, tem que ter o efeito



contrário. A família tem que sentir que esta é uma legislação que a apoia no processo de dar condições e subsídios para que ela possa estabelecer um outro processo em outra dinâmica de educação.

Nós estávamos em Salvador, fazendo essa discussão promovida pelo Ministério Público daquele Estado da Bahia e, depois da discussão, nos procurou uma jovem mãe. Ela, muito emocionada, dizia que havia se identificado com o que tinha sido falado naquela discussão e que ela precisava de ajuda. E ela *perguntava*: “A quem eu recorro e o que eu faço para não espancar mais minha filha de 4 anos?” Portanto, ela buscava apoio. A lei representa esse patamar, um patamar de responsabilidade inclusive do Estado, das políticas na perspectiva de dar suporte às famílias, para que possam estabelecer uma lógica de educação que prescindia do castigo corporal, até porque castigo corporal não educa. Pode-se dizer: “Nós precisamos educar sem castigo corporal? Não se educa, não se estabelece limites só com castigo corporal?” Não, não se estabelece limites com castigo corporal, porque os limites não são internalizados. Há uma dificuldade de internalização, porque a dor não é associada com a reflexão. Há um processo de escamotear a necessidade de reflexão dos próprios pais sobre o processo de educação, porque há um processo de desempoderamento social em que se busca conquistar nacos de poder, e nacos do poder a partir da própria violência. E há uma sensação de há um processo de poder. Portanto, não se percebe o desempoderamento social para que se possa combatê-lo.

Então, inviabiliza-se o desempoderamento social quando os pais, desempoderados socialmente, conseguem estabelecer uma relação de força com os seus próprios filhos. E, portanto, quando você abole o castigo corporal possibilita que se rompam as máscaras e se passe por um processo de reflexão, para que haja uma resignificação do processo pedagógico e do processo de educação.

Portanto, isso significa mais do que aparentemente essa lei pode nos estimular, um repensar, uma outra lógica de paradigma, o rompimento das invisibilidades de desempoderamento e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre o processo pedagógico e o processo de educação. Portanto, eu diria que nós estamos tendo a oportunidade, Deputada Aline, que a vida, que a história nos deu de estar



fazendo essa discussão nesta Casa, para estabelecermos novos paradigmas aqui dentro deste País.

Vimos aqui, pela exposição do Dr. Célio, os castigos corporais que havia nas escolas, que foram abolidos, na verdade, porque não estão mais legitimados. É preciso que nós também possamos legitimar o direito das crianças, legitimar socialmente o direito para além do direito legal das crianças e dos adolescentes viverem sem castigo corporal.

Eu vou encerrar essa minha fala, lembrando o estado de tensão do castigo corporal. Porque o castigo corporal, ainda que não seja cotidiano, estabelece um risco na relação. O estado de tensão embota outras oportunidades, outras capacidades e outras potencialidades da criança, inclusive a criatividade. O castigo corporal não combina com a criatividade. São formas que são estabelecidas dentro das quais se coloca a própria criança. Portanto, ela embota uma condição humana, absolutamente fundamental, que é a condição de recriar, de resignificar que os seres humanos, e só os seres humanos, têm.

Portanto, eu diria que o castigo corporal significa a tradução e o processo que leva a que crianças e adolescentes vivam sob um processo de tensão. E quando ele tem uma cronicidade ele leva à despersonalização. Então, há uma cisão, porque as crianças e os adolescentes tendem a expressar comportamentos que não são frutos da sua compreensão, mas que são desejos do próprio pai, da própria mãe, particularmente na frente do agressor, e você despersonaliza. Quando você tira a personalidade, você está despersonalizando, quando você tira a consciência crítica, você está despersonalizando, quando você tira a percepção diferenciada da percepção que é imposta pelos pais, você está, em verdade, despersonalizando. Então, é um processo de despersonalização e, portanto, de esvaziamento das nossas crianças e adolescentes, que tende a que esse vazio seja preenchido com a reprodução do comportamento do agressor, como aqui foi falado e eu não vou repetir. A criança e o adolescente tendem a reproduzir sem percepção, sem discussão, sem ter síntese da sua própria experiência e da sua reflexão, o comportamento do agressor. Por isso, a criança tende a reproduzir o comportamento de *bullying*. Os dados que nós temos é que 71% das crianças que provocam *bullying* são vítimas de violência e tendem a reproduzir, como aqui já foi expressado



também, comportamentos de agressão com seus cônjuges ou com seus próprios filhos.

Portanto, digo que foi muito importante essa discussão no dia de hoje, para que nós pudéssemos nos aprofundar no tema, pela lógica dos especialistas, para criarmos paradigmas, que são extremamente importantes, para termos uma sociedade de paz, uma sociedade onde criança e adolescente sejam sujeitos, porque é isso que diz a nossa legislação.

Com isso, eu vou passar a palavra para os nossos palestrantes, mais uma vez agradecendo a participação. Como a Dra. Evelyn já havia solicitado, eu vou passar a palavra, em primeiro lugar, para ela e depois para os demais componentes da Mesa.

A SRA. EVELYN EISENSTEIN - Deputada Aline, eu gostei muito de saber que já existe esse movimento contra drogas. E o que junta tudo isso? O trauma na infância e na adolescência — e é isso que nós chamamos de cisão, de *split*, a dissociação pós-traumática, que leva à droga. E por que é tão difícil tratar o vício da droga? Por que é tão difícil tratar um drogado? Porque ele tem lá embaixo — lá embaixo não (*risos*) —, lá no início da sua história um trauma, e ele teve esse *split*, essa dissociação. Então, há uma marca indelével nele, principalmente quando ele é criança ou adolescente. E cada vez mais crianças e adolescentes estão iniciando precocemente o uso de droga.

Então, estamos querendo o tempo todo, não só a legislação, mas, concordo, apoio social, legal, suporte familiar, tudo, porque nós queremos prevenção. Se essa criança é amada, querida, aconchegada, protegida, criada criativamente, trabalhada na escola, ela sente valorizado o seu potencial, ela tem expectativa de futuro, então ela não precisa da droga. Quando trabalho com adolescentes, faço isso todos os dias. Eu falo: *“A melhor droga é o oxigênio. Respira melhor, relaxa, inspira. Você tem o oxigênio todo”* — tirando os nossos poluentes. Então, é isso que temos que ensinar. Mas, aí vamos entrar com toda a distorção da sociedade de consumo, que quer vender a doença, que quer vender a droga, que quer vender a dissociação, até para encher os consultórios.

Então, eu acho que se pudéssemos resumir numa palavra só diríamos: "prevenção"; lógico, direitos, educação e saúde também. Eu acho que a raiz do



problema é a mesma. Quanto mais a gente pode evitar traumas, violências, mais evitamos a droga. A droga é só uma consequência nessa linha de associações.

Eu fico animada e me esqueci de agradecer. *(Risos.)* Quero agradecer a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Passo, então, a palavra à Dra. Rachel Niskier Sanchez, para que ela possa fazer as suas considerações.

A SRA. RACHEL NISKIER SANCHEZ - Eu vou apenas agradecer de novo e despedir-me de vocês com um até logo, até a próxima, porque o nosso voo é daqui a pouco.

Quero dizer que fica um gostinho de quero mais, porque muita coisa importante não deu tempo de falar. Eu fico muito preocupada em não fugir do assunto, e também incomodada, e não poderia deixar de, pelo menos na minha despedida, dizer para vocês que sem políticas públicas a coisa vai ser muito mais difícil, sem Conselho Tutelar funcionando de forma adequada vai ser muito difícil, sem o CIPE verdadeiramente instalado e implantado no Brasil vai ser muito difícil.

Então, o problema é muito complexo. Não se resume na nossa lei. Ela é importante, é tudo o que já se disse, mas existem outras coisas, outros fatores, outras instâncias, outras instituições, outros momentos da vida nacional, que se nós não atentarmos, nós vamos caminhar a passos muito lentos. A garotada está aí, está esperando, nós não podemos deixar de correr. E para correr temos que correr com todo mundo junto. Então, vamos todos juntos! Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Rachel.

Com a palavra a Dra. Eufrásia.

A SRA. EUFRÁSIA MARIA SOUZA DAS VIRGENS - Eu queria também somente me despedir e mais uma vez agradecer aqui à Presidente, Deputada Erika Kokay, à Relatora Teresa Surita, pelo convite para estarmos juntos nessa reflexão sobre a importância desse projeto de lei. Afirmo sempre que ele é importante. Ouvimos algumas pessoas dizerem: *“Ah, talvez seja desnecessário, porque o Estatuto já garante os direitos de crianças”*. Temos de reafirmar a importância desse projeto como um avanço do ponto de vista legislativo, como já tivemos outros: a Ratificação da Convenção, o Estatuto, a Constituição de 1988; enfim, caminhamos no sentido da evolução.



Quero lembrar — não faz muito tempo, eu ainda estava na escola, com 7 anos de idade, no interior da Bahia — que peguei a época da palmatória, um recurso utilizado na educação. Eu fui vítima uma vez por acaso. Não estava sendo dirigida a mim, mas acabou pegando em mim. Eu me senti muito apoiada pela minha mãe, porque eu disse a ela que não queria estudar mais naquela escola — eu tinha 7 anos de idade —, ela atendeu ao meu pedido e me mudou de escola.

Então, acho importante trabalharmos, talvez, em campanhas com exemplos positivos: "*Olha, eu não sofri castigo corporal quando era criança, sou uma adulta que tenho um trabalho...*" As pessoas dizem também: "*Ah! Eu sofri castigo físico e estou aqui, estou bem*". Vamos fazer esse *marketing* positivo: "*Olha, eu não sofri castigo físico e estou muito bem e promovo que não exista castigo físico contra nenhuma criança, nenhum adolescente*". Que se cuide do respeito e da dignidade dessas pessoas em desenvolvimento.

Agradeço a todos, mais uma vez, o convite para estar aqui.

Até uma próxima ocasião. Esperamos que seja na sanção desse projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Dr. Célio com a palavra.

O SR. CÉLIO DA CUNHA - Também quero agradecer inicialmente.

Acho o trabalho da Deputado Erika e da Deputada Teresa brilhante e de um alcance ilimitado.

Agradeço o privilégio de estar nesta Mesa com a Dra. Rachel, Dra. Eufrásia e Dra. Evelyn. Confesso que também aprendi muito.

Por último, gostaria de falar um pouco sobre a importância da aprovação desse projeto.

Podemos retomar um pouco a tradição grega. A Grécia tem sempre alguns bons exemplos, apesar de estar em crise hoje. A Pedagogia tem uma marca também na Grécia. De certo modo, é onde ela começa. Os escravos, que eram proibidos pelos senhores de bater nos filhos, com o tempo, começaram a inventar técnicas de entretenimento, que começaram a dar resultado, porque o senhor ia para rua, ele não podia bater. Aí começa um pouco a Pedagogia.

Eu tenho impressão de que se essa lei — se dermos sorte — realmente for aprovada, a proibição mesmo de castigos corporais, isso vai permitir à família



brasileira uma criatividade extraordinária, e a Justiça agindo. A mãe, o pai, todos nós vamos ter de começar a aprender um pouco a lógica da criança. Vai ser um enorme aprendizado da sociedade brasileira. Isso vai fazer um bem para a educação ilimitado.

É isso que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Nós estamos absolutamente de acordo com a fala de todas vocês e do Dr. Célio, que é o único homem que está à mesa.

Mais uma vez, agradecemos a todos.

Lembramos que faremos a próxima reunião de audiência pública dia 8 ou 9, ou seja, a aproximadamente 15 dias, com a participação do Governo. Na semana seguinte, vamos fazer a nossa última reunião de audiência pública, escutando as nossas crianças.

Queremos também assinar um pacto com os Legislativos Municipais e Estaduais: que todas e todos sejamos defensores e defensoras de uma educação sem nenhum tipo de castigo corporal, porque castigo corporal fere a própria lógica pedagógica e a política de educação.

A nossa intenção é, no próximo dia 6 de dezembro, discutirmos e deliberarmos sobre o projeto, em relação ao qual esta Comissão tem poder terminativo, de modo que, aqui votado e aprovado, segue para o Senado Federal.

Acho que será um grande passo nós conseguirmos aprovar esta legislação.

Mais uma vez agradeço às Sras. e aos Srs. Deputados a presença. Agradeço ao Deputado Eduardo Barbosa, à Deputada Aline Corrêa, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e à Deputada Teresa Surita, nossa Relatora, bem como a todos os especialistas presentes: Dra. Rachel, Dra. Eufrásia, Dra. Evelyn e Dr. Célio, que nos ajudaram muito a refletir acerca desse projeto.

Declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.